

# Temor da hiperinflação passa a ser o principal problema com o FMI

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A situação das contas externas do País poderá agravar-se no segundo semestre, diante da dificuldade do governo brasileiro em finalizar um acordo em torno de um programa de metas macroeconômicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A missão técnica do FMI, que durante três semanas percorreu os principais gabinetes da área econômica em Brasília, retornou na última sexta-feira a Washington sem deixar um sinal sobre a possibilidade de um acordo para este ano.

Mais do que a desordem nas contas públicas, que impede uma redução do déficit fiscal deste ano em relação a 1988, a missão do FMI está temerosa de uma hiperinflação no País e não se sentiu em condições de propor um acordo. Sem o aval do FMI, continuarão obstruídos os empréstimos setoriais do Banco Mundial (BIRD), os financiamentos dos bancos privados credores do País e os próprios recursos do FMI, que somam cerca de US\$ 900 milhões, para ser desembolsados neste ano.

Sem o ingresso desses dólares, que somariam algo próximo a US\$ 3 bilhões neste ano, o País efetivamente não terá condições de honrar seus pagamentos aos credores internacionais, cuja parcela que vence em setembro próximo, a título de juros aos bancos privados, atinge o montante de US\$ 2,5 bilhões.

A inflação de junho, que pelos dados do IBGE atingiu 25% na apuração das quatro semanas no Rio e em São Paulo, deixou os técnicos do FMI atordoados. Agora, eles aguardarão, em Washington, a evolução do quadro inflacionário no Brasil. Se a taxa de inflação do mês que vem, julho, sinalizar uma estabi-

lização ou mesmo uma retração, eles até podem propor ao "board" do FMI um acordo com o Brasil. Mas os técnicos brasileiros encarregados da negociação não estão nada otimistas.

## DUAS VARIÁVEIS

"Estamos trabalhando com duas variáveis, uma técnica e outra política. Não sabemos qual delas vai pesar mais para o FMI", disse uma qualificada fonte oficial que acumula há alguns anos experiência de negociação com a mesma equipe técnica do FMI que esteve agora em Brasília. "Eles estão com todas as informações possíveis. Transformaram-se em verdadeiros dissecadores de cadáveres, revirando contas que antes, nos acordos anteriores, não faziam parte de suas preocupações", mencionou esse técnico brasileiro.

Na área fiscal, o FMI dispõe de estimativas que poderiam sustentar um eventual acordo. São elas: um déficit operacional de 5,19% do PIB e um superávit nominal de 0,4% do PIB, ambos os percentuais piores do que os obtidos em 1988. A responsável por essa deterioração das contas públicas, segundo a avaliação dos economistas do governo e dos técnicos do FMI, é a nova ordem constitucional, que criou 3,6% do PIB de despesas adicionais sem a correspondência de fontes de financiamento.

A missão do FMI, liderada por Thomas Reichmann, chefe da divisão do Atlântico Sul, terá duas semanas para preparar um relatório sobre o País, propondo um acordo ou descartando a hipótese de acordo. Se houver a proposta de acordo, o "board" terá mais três semanas para examinar. Já está no País uma missão do BIRD, também para avaliar a situação macroeconômica do País.